



**AUDIMEC**

AUDITORES INDEPENDENTES

## **CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN**

---

**RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)  
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE SETEMBRO DE 2020  
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)**

## Índice

---

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	3
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	6
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	8
4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	9
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	10
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	11
7. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	12
8. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO .....	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL  
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

**Aos Ilmos. Srs.  
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do  
CODERN – CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE**  
Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220 - CEP 59010-700  
Ribeira, Natal, Rio Grande do Norte

Prezados Senhores,

## **1. Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **CODERN**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## **2. Alcance da Revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **3. Base para opinião com ressalva**

#### **3.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa**

A CODERN possui registrado o montante de (R\$ 4.766.819,09) referentes a valores faturados e não liquidados por clientes. A cia não possui metodologia para contabilização desses valores, assim como, não existe política para tal provisionamento. Isto posto, somos de opinião que deve-se adotar política para provisionamento das perdas, e com base no desfecho possam-se tomar decisões pontuais e se for o caso, proceder com os devidos ajustes. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TG's poderiam causar no Ativo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

#### **3.2. Depósitos Judiciais**

A CODERN apresenta um saldo de R\$ 14.300 mil de valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais. São valores decorrentes de exercícios anteriores que não possuem levantamentos completos dos depósitos e bloqueios judiciais devidamente conciliados. Desta forma, não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para validarmos o saldo apresentado.

#### **3.3. Ativo Imobilizado**

A CODERN possui um valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 324.200 mil, representando aproximadamente 90% do total do ativo. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, assim como, não realizou o inventário físico dos bens. Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação destes saldos, tornaram-se impossíveis em função da falta de controles internos agregados ao processo de imobilização, baixa e manutenção de "bens", que carecem de aprimoramentos vinculados à análise e conciliação sistemática com a contabilidade. De tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

#### **3.4. Provisões**

A CODERN possui registrado no seu balanço um saldo de R\$ 7.540 mil de provisões de férias e 13º salário. A metodologia utilizada para os cálculos das provisões de férias está em desacordo com a norma contábil e os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Provisionamentos nos pareceram insuficientes, de modo que não estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

## 4. Ênfases

### 4.1. Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que, conforme nota explicativa nº 15, o déficit atuarial da CODERN apontado no balanço patrimonial é de R\$ 31.326 mil, e será equacionado conforme as regras estabelecidas na NBC TG 33(R2) conforme consta no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CODERN. As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., e estão apresentadas nas notas explicativas

### 4.2. Continuidade do operacional das atividades

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

## 5. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de setembro de 2020 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 6. Outros assuntos

### 6.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CODERN** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

Natal/RN, 08 de janeiro de 2021



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O

  
**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior – CNAI 1592

  
**Phillipe de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ

CNAI 4747

  
**Thomaz de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ

CNAI 4850

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2020	31 de dezembro 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro 2019
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	17.560	12.725	18.277	13.052
Contas a Receber	5	3.378	6.465	3.622	6.531
Outros Créditos		9.536	9.287	4.370	4.285
Adiantamentos		165	33	324	126
Impostos a Recuperar		840	1.185	1.620	1.778
Devedores Diversos	6	8.401	8.044	2.296	2.356
Outros valores a receber		129	24	129	24
Estoques	7	11.863	7.302	12.035	7.458
Despesas Antecipadas		47	64	48	119
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>42.383</b>	<b>35.843</b>	<b>38.351</b>	<b>31.445</b>
<b>Não Circulante</b>					
Realizável a longo prazo	8	1.233	5.481	1.466	5.566
Contas a Receber		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		380	387	1.290	1.123
Bloqueios Judiciais		845	5.086	165	4.432
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	194.876	204.306	324.272	336.239
Intangível		9	9	9	9
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>196.120</b>	<b>209.798</b>	<b>325.770</b>	<b>341.836</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>238.503</b>	<b>245.641</b>	<b>364.121</b>	<b>373.281</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2020	31 de dezembro 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro 2019
<b>Circulante</b>					
Contas a Pagar	12	57	43	57	43
Fornecedores		2.653	2.176	7.349	6.206
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	65.386	60.115	125.821	112.121
Provisões	11	5.615	3.916	7.539	5.043
Outras Obrigações		1.300	1.272	6.323	6.822
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>75.011</b>	<b>67.521</b>	<b>147.088</b>	<b>130.235</b>
<b>Não Circulante</b>					
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	28.360	12.273	49.058	14.077
Provisão para contingências	13	53.690	53.663	56.937	55.362
Provisão Déficit Atuarial - Plano de Pensão	15	13.544	33.409	31.326	75.716
Créditos para aumento de capital	17	67.332	59.809	257.886	246.199
Outros Créditos da União	14	0	0	63.955	63.955
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>162.926</b>	<b>159.155</b>	<b>459.162</b>	<b>455.308</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>237.937</b>	<b>226.676</b>	<b>606.250</b>	<b>585.543</b>
<b>Passivo a descoberto</b>					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.609	58	7.691	664
Prejuízos acumulados	18	(434.885)	(413.936)	(682.663)	(645.769)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>566</b>	<b>18.965</b>	<b>(242.129)</b>	<b>(212.262)</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>238.503</b>	<b>245.641</b>	<b>364.121</b>	<b>373.281</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
		0	0	0	0

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Descrição	Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado
Receita Líquida dos serviços	20	26.772	29.403	7.394	7.982	36.903	37.907	9.520	10.137
Custos operacionais	21	(31.431)	(30.663)	(10.105)	(9.730)	(43.949)	(45.609)	(13.782)	(14.413)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(4.659)</b>	<b>(1.260)</b>	<b>(2.712)</b>	<b>(1.748)</b>	<b>(7.045)</b>	<b>(7.701)</b>	<b>(4.262)</b>	<b>(4.276)</b>
<b>(Despesas)/Receitas operacionais</b>									
Despesas administrativas e gerais	22	(16.733)	(14.709)	(5.170)	(5.063)	(29.325)	(25.466)	(8.324)	(8.930)
Despesas tributárias		(24)	(199)	(5)	(82)	(29)	(203)	(5)	(82)
Provisões diversas	23	(32)	(287)	0	(129)	(32)	(287)	0	(129)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	(6)	(16.914)	(18)	204	(1.499)	(14.955)	(649)	1.453
Receitas patrimoniais	25	413	311	185	158	6.024	5.299	2.005	1.866
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	3.580	3.926	981	3.394	3.815	3.941	1.215	3.409
<b>Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(17.462)</b>	<b>(29.131)</b>	<b>(6.738)</b>	<b>(3.266)</b>	<b>(28.091)</b>	<b>(39.372)</b>	<b>(10.019)</b>	<b>(6.690)</b>
Receitas financeiras	27	1.940	1.204	492	378	2.000	1.466	549	395
Despesas financeiras	27	(5.300)	(7.722)	(1.954)	(1.998)	(10.774)	(40.896)	(3.509)	(6.488)
<b>Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos</b>		<b>(20.821)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(8.200)</b>	<b>(4.886)</b>	<b>(36.865)</b>	<b>(78.802)</b>	<b>(12.979)</b>	<b>(12.784)</b>
IRPJ e CSLL		0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(20.821)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(8.200)</b>	<b>(4.886)</b>	<b>(36.865)</b>	<b>(78.802)</b>	<b>(12.979)</b>	<b>(12.784)</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)</b>		<b>(0,0001)</b>	<b>(0,0002)</b>	<b>(0,0000)</b>	<b>(0,0000)</b>	<b>(0,0002)</b>	<b>(0,0004)</b>	<b>(0,0001)</b>	<b>(0,0001)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Descrição	Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Resultado do Período</b>		<b>(20.821)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(8.200)</b>	<b>(4.886)</b>	<b>(36.865)</b>	<b>(78.802)</b>	<b>(12.979)</b>	<b>(12.784)</b>
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	2.551	0	2.551	0	7.027	0	7.027	0
<b>Resultado Abrangente Consolidado do Período</b>		<b>(18.271)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(5.649)</b>	<b>(4.886)</b>	<b>(29.838)</b>	<b>(78.802)</b>	<b>(5.952)</b>	<b>(12.784)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					<b>Controladora</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>432.843</b>	<b>58</b>	<b>(413.936)</b>	<b>18.965</b>
Prejuízo líquido do período	18			(20.821)	(20.821)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		2.551		2.551
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(128)	(128)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>		<b>432.843</b>	<b>2.609</b>	<b>(434.885)</b>	<b>566</b>
Mutações do período		0	2.551	(20.949)	(18.398)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>432.843</b>	<b>0</b>	<b>(302.312)</b>	<b>130.531</b>
Prejuízo líquido do período	18			(35.649)	(35.649)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			20	20
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>		<b>432.843</b>	<b>0</b>	<b>(337.941)</b>	<b>94.902</b>
Mutações do período		0	(0)	(35.629)	(35.629)
					<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>432.843</b>	<b>664</b>	<b>(645.769)</b>	<b>(212.262)</b>
Prejuízo líquido do período	18			(36.865)	(36.865)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		7.027		7.027
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(29)	(29)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>		<b>432.843</b>	<b>7.691</b>	<b>(682.663)</b>	<b>(242.129)</b>
Mutações do período		0	7.027	(36.894)	(29.867)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>432.843</b>	<b>0</b>	<b>(1.159.749)</b>	<b>(726.906)</b>
Prejuízo líquido do período	18			(78.802)	(78.802)
Aumento de Capital com Recursos da União		712.523		0	712.523
Aborsorção de Prejuízo com Capital		(712.523)		712.523	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(1.576)	(1.576)
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>		<b>432.843</b>	<b>0</b>	<b>(527.604)</b>	<b>(94.761)</b>
Mutações do período		0	0	632.144	632.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de nove meses findos em		Período de nove meses findos em	
		30 de setembro de		30 de setembro de	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(20.821)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(36.865)</b>	<b>(78.802)</b>
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		11.778	11.489	14.417	15.492
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.551	-	7.027	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(128)	20	(29)	(1.576)
Provisões		38	17.201	1.530	15.242
Despesas de atualização monetária		3.301	5.094	8.557	35.611
Baixas de Imobilizado		-	-	-	-
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		3.055	(375)	2.933	469
Outros créditos		(249)	(1.084)	(854)	(1.239)
Estoques		(4.561)	(1.773)	(4.577)	(1.794)
Despesas antecipadas		17	(42)	71	(26)
Outros ativos não circulantes		4.257	(64)	4.083	(86)
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		14	1	14	1
Fornecedores		477	(1.695)	1.143	(644)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		2.973	3.462	10.545	10.039
Provisões de Férias e 13º Salário		1.699	1.709	2.496	2.374
Outras Obrigações		28	(168)	297	1.450
Outros passivos não circulantes		(3.456)	1.234	(9.321)	2.744
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>973</b>	<b>(640)</b>	<b>1.466</b>	<b>(746)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>973</b>	<b>(640)</b>	<b>1.466</b>	<b>(746)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisições de imobilizado		(2.348)	(1.221)	(2.451)	(1.229)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.348)</b>	<b>(1.221)</b>	<b>(2.451)</b>	<b>(1.229)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos		-	-	-	-
Crédito para aumento de capital		6.209	-	6.209	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>6.209</b>	<b>-</b>	<b>6.209</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.835</b>	<b>(1.861)</b>	<b>5.225</b>	<b>(1.975)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		17.560	16.668	18.277	17.057
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>4.835</b>	<b>(1.861)</b>	<b>5.225</b>	<b>(1.975)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
		-	0,00	-	0,00
		-	-	-	-

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
		2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado
<b>1 Receitas</b>		<b>26.772</b>	<b>29.403</b>	<b>36.903</b>	<b>37.907</b>
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		26.772	29.403	36.903	37.907
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0	0
<b>2 Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(11.013)</b>	<b>(9.987)</b>	<b>(19.592)</b>	<b>(18.861)</b>
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.865)	(9.804)	(19.181)	(18.273)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		0	0	0	0
2.3 Outras		(147)	(183)	(411)	(588)
<b>3 Valor adicionado bruto</b>		<b>15.759</b>	<b>19.415</b>	<b>17.311</b>	<b>19.047</b>
<b>4 Retenções</b>		<b>(10.785)</b>	<b>(27.701)</b>	<b>(14.688)</b>	<b>(29.154)</b>
4.1 Depreciação e amortização		(10.746)	(10.500)	(13.157)	(13.913)
4.2 Provisões		(38)	(17.201)	(1.530)	(15.242)
<b>5 Valor adicionado líquido</b>		<b>4.975</b>	<b>(8.285)</b>	<b>2.624</b>	<b>(10.108)</b>
<b>6 Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>5.933</b>	<b>5.442</b>	<b>11.839</b>	<b>10.706</b>
6.1 Receitas financeiras		1.940	1.204	2.000	1.466
6.2 Outras		3.993	4.238	9.839	9.240
<b>7 Valor adicionado a distribuir</b>		<b>10.908</b>	<b>(2.843)</b>	<b>14.462</b>	<b>598</b>
<b>8 Valor adicionado distribuído</b>		<b>10.908</b>	<b>(2.843)</b>	<b>14.462</b>	<b>598</b>
<b>8.1 Pessoal</b>		<b>26.405</b>	<b>24.885</b>	<b>40.524</b>	<b>38.302</b>
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		19.894	19.847	30.673	31.687
8.1.2 Benefícios		6.511	5.038	9.851	6.615
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>24</b>	<b>199</b>	<b>29</b>	<b>203</b>
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		24	199	29	203
<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>5.300</b>	<b>7.722</b>	<b>10.774</b>	<b>40.896</b>
8.3.1 Juros e Correção Monetária		5.300	7.722	10.774	40.896
8.3.2 Aluguéis					
<b>8.4 Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(20.821)</b>	<b>(35.649)</b>	<b>(36.865)</b>	<b>(78.802)</b>
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(20.821)	(35.649)	(36.865)	(78.802)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		0	0	0	0

## COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

#### Exercício findo em 30 de setembro (em milhares de reais)

#### 1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido renovado pelo aditivo nº 001/2020, com vigência até 26.12.2020.

Ressalta-se que no último aditivo, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

#### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020 a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 36.865 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 5.477 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 645.769 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou em outubro de 2019 o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico.

Após a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões e proporcionado um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 51 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF destaca-se a redução de gastos com a folha de pagamento que, no terceiro trimestre de 2020, apresentou uma redução de 21,16% (com o pagamento de adicionais), quando comparado com o mesmo período de 2019.

Na área do faturamento do Porto de Natal, após a realocação de colaboradores e o acompanhamento dos indicadores do PSF, continuamos recuperando receitas não faturadas na época devida, mantendo praticamente em dia todos os processos de vendas de serviços.

Na área operacional as ações do PSF, implementadas em 2019, continuam norteando a redução de despesas com resultados que têm contribuído para o equilíbrio orçamentário.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, a mudança nas Normas de Faturamento promoveu um ganho expressivo nos recebimentos de títulos vencidos e nos pagamentos dentro do prazo.

Como conclusão, podemos dizer que o PSF vem evoluindo e mostrando a sua importância como ferramenta de gestão exigindo, de cada gestor, um comprometimento permanente para que a sua eficácia também seja permanente.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

#### **3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

### 3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

### 3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

### 3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

### 3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
<b>Imobilização em Curso</b>	<b>0%</b>

### 1.1 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

### 1.2 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de

limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

### **3.7 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

### **3.8 Consolidação das Demonstrações Contábeis**

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

### **3.9 Variações monetárias passivas**

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

### **3.10 Reconhecimento de receitas**

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

### **3.11 Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

### 3.12 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas esse ativo fiscal não vem sendo reconhecido, tendo em vista que não existem estimativas da Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais existentes.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Recursos em bancos	731	355	1.223	583
Recursos do Tesouro - SIAFI	0	7.771	0	7.771
Aplicações financeiras	16.829	4.599	17.053	4.697
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.560</b>	<b>12.725</b>	<b>18.277</b>	<b>13.052</b>

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 3,41% no 3º trimestre de 2020, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve um aumento de 365% no saldo de aplicações de controladora, como resultado do recebimento de recursos para investimento do Ministério da Infraestrutura.

### 5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 30 de setembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	6.496	10.410	8.389	12.180
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.118)	(3.944)	(4.767)	(5.648)
Contas a receber de clientes líquidos	3.378	6.465	3.622	6.531
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>3.378</b>	<b>6.465</b>	<b>3.622</b>	<b>6.531</b>

### 6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 30 de setembro de 2020 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Portos Conveniados	4.646	3.782	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.763	4.857	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	1.081	1.484	1.081	1.484
Outros devedores diversos	109	118	1.141	798
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(2.197)	(2.197)	(2.197)
<b>Total Devedores Diversos</b>	<b>8.401</b>	<b>8.044</b>	<b>2.296</b>	<b>2.356</b>

## 7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	30/09/2020	31/12/2019
Material de consumo permanente Sede	456	110
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	11.408	7.193
Material de consumo permanente Maceió	172	156
<b>Total</b>	<b>12.035</b>	<b>7.458</b>

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 em dezembro 2019 e um trator de esteira no valor de 2.467 em janeiro 2020, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu os bens, mas até o fechamento do 3º trimestre de 2020 os mesmos ainda estavam à disposição do almoxarifado.

## 8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais e Contratuais	965	981	2.465	2.306
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(585)	(594)	(1.174)	(1.183)
Bloqueios Judiciais	5.754	9.994	5.073	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
<b>Total</b>	<b>1.233</b>	<b>5.481</b>	<b>1.466</b>	<b>5.566</b>

Houve redução de 42% no saldo de bloqueios judiciais da controladora, pois se tratava de bloqueio originado da Fazenda Nacional, o setor jurídico solicitou o desbloqueio em virtude da decisão judicial que suspende a execução fiscal de todos os processos da Codern.

## 9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de setembro de 2020 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 30/09/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	30/09/2020	31/12/2019
<b>Bens Móveis</b>	<b>95.738</b>	<b>1.101</b>	<b>(3.903)</b>	<b>92.937</b>	<b>(60.129)</b>	-	<b>32.807</b>	<b>35.221</b>
Equipamentos Industriais	89.227	821	(3.903)	86.145	(55.361)		30.784	33.129
Embarcações	400	0	0	400	(133)		267	282
Veículos	154	0	0	154	(154)		0	0
Móveis e Utensílios	2.097	55	0	2.152	(1.206)		946	1.037
Informática	856	64	0	920	(837)		82	58
Máquinas	1.403	0	0	1.403	(1.021)		382	479
Motores	11	0	0	11	(7)		4	5
Aparelhos	1.158	101	0	1.258	(1.080)		179	106
Sistema de Segurança	241	24	0	266	(198)		68	57
Galpão	0	0	0	0	0		0	0
Outros bens	191	37	0	228	(133)		95	68
<b>Bens Imóveis</b>	<b>489.840</b>	<b>1.299</b>	<b>0</b>	<b>491.139</b>	<b>(170.881)</b>	<b>(158.235)</b>	<b>162.023</b>	<b>168.987</b>
Imóveis de natureza industrial	346.651	516	0	347.168	(132.078)	(62.899)	152.190	159.156
Instalações	78.080	228	0	78.308	(28.184)	(48.179)	1.944	2.066
Obras de acesso	2.076	374	0	2.450	(945)		1.505	1.297
Prédios	62.937	181	0	63.118	(9.673)	(47.157)	6.289	6.373
Terrenos	96	0	0	96	0		96	96
Molhe	0	0	0	0	0		0	0
Imobilização em Curso	98	(53)	0	46	-		46	98
<b>Total</b>	<b>585.676</b>	<b>2.348</b>	<b>(3.903)</b>	<b>584.121</b>	<b>(231.010)</b>	<b>(158.235)</b>	<b>194.876</b>	<b>204.306</b>

 Consolidado  
 Saldo líquido em

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 30/09/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	30/09/2020	31/12/2019
<b>Bens Móveis</b>	<b>96.499</b>	<b>1.204</b>	<b>(3.903)</b>	<b>93.800</b>	<b>(60.823)</b>	-	<b>32.977</b>	<b>35.312</b>
Equipamentos Industriais	89.365	854	(3.903)	86.317	(55.453)		30.864	33.184
Embarcações	400	0	0	400	(133)		267	282
Veículos	488	63	0	551	-495172,19		56	0
Móveis e Utensílios	2.208	55	0	2.263	(1.313)		950	1.042
Informática	856	64	0	920	(837)		82	58
Máquinas	1.406	0	0	1.406	(1.024)		382	479
Motores	11	0	0	11	(7)		4	5
Aparelhos	1.329	107	0	1.436	(1.229)		207	134
Sistema de Segurança	241	24	0	266	(198)		68	57
Galpão	0	0	0	0	0		0	0
Outros bens	194	37	0	231	(134)		97	70
<b>Bens Imóveis</b>	<b>564.594</b>	<b>1.299</b>	<b>0</b>	<b>565.894</b>	<b>(180.532)</b>	<b>(158.235)</b>	<b>227.126</b>	<b>236.706</b>
Imóveis de natureza industrial	400.133	516	0	400.649	(139.441)	(62.899)	198.309	207.488
Instalações	78.958	228	0	79.186	(28.229)	(48.179)	2.777	2.913
Obras de acesso	3.011	374	0	3.385	(1.605)		1.780	1.578
Prédios	80.238	181	0	80.419	(10.359)	(47.157)	22.903	23.130
Terrenos	96	0	0	96	0		96	96
Molhe	2.159	0	0	2.159	(898)		1.262	1.501
Imobilização em Curso	266	(53)	0	214	0		214	266
Bens de Terceiros	63.955	0	0	63.955	0		63.955	63.955
<b>Total</b>	<b>725.314</b>	<b>2.451</b>	<b>(3.903)</b>	<b>723.862</b>	<b>(241.355)</b>	<b>(158.235)</b>	<b>324.272</b>	<b>336.239</b>

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2019, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra que não houve perdas por desvalorização ou reversões de perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do período por unidade geradora de caixa até o 3º trimestre/2020.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2019	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 30/09/2020
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.039				90.039
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	0				0
<b>Total</b>	<b>158.235</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>158.235</b>

## 10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Impostos e Encargos a Recolher	28.244	27.235	67.579	62.786
Salário a Pagar	21	8	36	23
Autônomos - INSS	61	56	61	56
<b>PORTUS</b>	36.497	32.342	57.582	48.783
<i>Portus Patronal</i>	20.799	19.488	28.472	26.436
<i>Portus RTSA</i>	13.987	12.854	23.924	22.347
<i>Portus - Termo de Compromisso Financeiro</i>	1.711	0	5.187	0
Parcelamento ISS	480	390	480	390
Outras obrigações	83	83	83	83
<b>Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante</b>	<b>65.386</b>	<b>60.115</b>	<b>125.821</b>	<b>112.121</b>

O valor R\$ 28.472 mil refere-se o saldo da dívida da CODERN - PORTUS que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço em 30/09/20. O valor de 23.924 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior - RTSA e o saldo de R\$ 5.187 mil refere-se a saldo de termo de compromisso financeiro em virtude do déficit atuarial do Portus (nota 15).

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários, parcelamentos junto ao PORTUS e parcelamento junto à Antaq, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Portus - Instituto de Seguridade Social	25.950	8.730	44.513	8.730
Parcelamento INSS	1.870	2.643	3.431	4.204
Parcelamento ISS	540	900	782	1.142
Parcelamento Antaq - Multas e Infrações	0	0	332	0
<b>Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante</b>	<b>28.360</b>	<b>12.273</b>	<b>49.058</b>	<b>14.077</b>

Houve aumento de 510% da dívida com o Portus, pois em junho de 2020 foi reconhecido o termo de compromisso financeiro, objetivando o saneamento do déficit atuarial (nota 15).

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 30/09/2020 R\$ 32.581 mil, sendo apropriado R\$ 8.657 no Passivo Não Circulante e R\$ 23.924 no Passivo Circulante.

## 11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias, 13º salário e encargos sociais em 30/09/2020, correspondentes ao valor de R\$ 7.539 mil (R\$ 5.043 mil em 31 dezembro de 2019), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Prov. Férias	4.294	3.916	5.756	5.043
Prov. 13º Salário	1.321	0	1.783	0
<b>Total férias a pagar</b>	<b>5.615</b>	<b>3.916</b>	<b>7.539</b>	<b>5.043</b>

## 12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Empregados	17	8	17	8
Terceiros	39	35	39	35
<b>Total contas a pagar</b>	<b>57</b>	<b>43</b>	<b>57</b>	<b>43</b>

## 13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>41.001</b>	<b>1.605</b>	<b>12.756</b>	<b>55.362</b>
Provisões constituídas no período	0	52	1.578	1.630
Baixas de provisões	0	0	0	0
Reversões	0	(55)	0	(55)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>41.001</b>	<b>1.602</b>	<b>14.334</b>	<b>56.937</b>

### 13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.09.20, totalizou R\$ 1.602 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 06 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 1.056 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal, faltando pagar o reflexo do Portus, que necessita de um cálculo específico. Está sendo objeto de perícia atuarial de cálculos e impugnações das partes.

Na controlada, temos 08 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 180 mil e corresponde a auxílio enfermidade em que se postula a manutenção do referido benefício anteriormente convencionado, fundamentando acerca do direito adquirido pela parte em Acordo Coletivo de Trabalho, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença.

### 13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.09.2020, totalizou R\$ 41.001 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020. No referido termo, está previsto a suspensão do processo em questão, pelo prazo de 01 (um) ano para negociação do mesmo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

### 13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.09.2020 o montante de R\$ 14.334 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 08 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 1.659 mil, onde consta pedido de parcelamento de débito pelo Porto de Maceió. Determinada a suspensão dos atos processuais em 25/06/2018 e das demais execuções fiscais com as mesmas partes.

### 13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.09.2020 somou R\$ 105.771 mil, assim especificadas:

<b>Discriminação</b>	<b>Controladora</b>	<b>Controlada</b>	<b>Consolidado</b>
Causas Trabalhistas	4.648	3.204	7.852
Causas Fiscais	24.044	-	24.044
Causas Cíveis	46.926	26.949	73.875
<b>Total</b>	<b>75.618</b>	<b>30.153</b>	<b>105.771</b>

Na controladora, temos 31 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil) referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a Indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão.

Na controlada, temos 35 processos relativo a causas trabalhistas, onde 14 processos correspondem a verbas rescisórias da Terceirizada Fre Energy a qual teria encerrado suas atividades sem a devida compensação aos seus colaboradores acarretando a responsabilidade subsidiária do Porto de Maceió, os processos com essas partes estão em diversas fases processuais (grande parte já na execução redirecionada para o Porto), além disso, temos um processo de valor mais relevante (265 mil) em relação aos demais, relativo a Incorporação retroativa do cargo de chefia (chefe do setor de operações) o pleito se deu pelo exercício contínuo no cargo em um período superior a 8 anos, o processo está na fase de execução aguardando o julgamento de agravo de petição.

Na controladora, temos 12 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controladora, temos 46 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 20.975 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

Na controlada, temos 6 processos relativo a causas cíveis, o mais relevante corresponde a indenização postulada pela empresa Mendes Júnior no valor de R\$ 26.949 mil, resultando na entrega da obra com postulação de complementação de valores (tentativa de reequilíbrio econômico financeiro). O processo está na fase instrutória de produção de provas.

#### 14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo em 30.09.2020, totalizou R\$ 63.955 mil (63.955 mil em 31.12.2019).

O valor foi mantido no passivo tendo em vista que os termos de convênios possuem cláusulas, onde informa que todos os produtos obtidos com os recursos previstos nos Convênios DNIT 268/2006 e SEP 001/2008 ficarão sob a gestão da CONVENIENTE, constituindo-se como patrimônio da União. Os bens gerados com recursos dos respectivos convênios estão classificados no grupo do Imobilizado no subgrupo de “Bens de Terceiros”.

#### 15. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Déficit Atuarial	13.544	33.409	31.326	75.716
<b>Total contas a pagar</b>	<b>13.544</b>	<b>33.409</b>	<b>31.326</b>	<b>75.716</b>

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

##### 15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 31.990 em 30/09/2020 (R\$ 75.716 mil em 31/12/2019), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção							
	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	81.034.493		80.043.278		102.121.366		144.504.049	
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(94.867)		(14.258)		444.940		(441.413)	
3. Custo dos juros	1.462.452		1.429.835		3.399.763		12.935.547	
4. Contribuições de participantes do plano	206.986		205.214		410.017		913.968	
5. Benefícios pagos	(1.123.793)		(1.123.793)		(2.319.618)		(4.984.356)	
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-		266.757		(24.083.180)		(50.806.429)	
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-		-		-		-	
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-		(497.385)		(4.583.069)		23.116.168	
6.c. Ajustes de experiência	-		764.142		362.508		(11.361.142)	
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-		-		-		(62.561.455)	
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-		-		(19.862.619)		-	
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-		-	
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	227.460		227.460		69.990		-	
9. Emendas no plano	-		-		-		-	
10. Reduções	-		-		-		-	
11. Liquidações	-		-		-		-	
12. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-	
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	81.712.731		81.034.493		80.043.278		102.121.366	

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção							
	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	3.933.635		4.488.727		7.138.369		11.853.831	
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		(821.365)		(1.016.847)		(1.568.370)	
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	133.637		132.493		-		-	
4. Contribuições dos participantes	206.986		205.214		410.017		913.968	
5. Benefícios pagos (líquido)	(1.123.793)		(1.123.793)		(2.319.618)		(4.984.356)	
6. Receita dos juros	76.350		84.123		206.816		923.296	
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-		-	
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	227.460		227.460		69.990		-	
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	942.473		579.182		-		-	
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	162.990		161.594		-		-	
11. Emendas no plano	-		-		-		-	
12. Reduções	-		-		-		-	
13. Liquidações	-		-		-		-	
14. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-	
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	4.559.738		3.933.635		4.488.727		7.138.369	
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-		-		-		-	

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção							
	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>								
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(94.867)		(14.258)		444.940		(441.413)	
2. Custo líquido dos juros	1.297.533		1.263.927		2.551.902		5.815.131	
2.1 Custo dos juros da obrigação	1.462.452		1.429.835		3.399.763		12.935.547	
2.2 Receita de juros ativos	(76.350)		(84.123)		(206.816)		(923.296)	
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(88.569)		(81.785)		(641.045)		(6.197.120)	
3. Custo do serviço passado	-		-		-		-	
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-		-		-		-	
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-		-		-		-	
6. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-	
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-		-		-		-	
8. Custo do benefício pós-emprego no período	1.202.666		1.249.669		2.996.842		5.373.718	
<u>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>								
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(7.640.381)		(8.481.831)		(663.916)		-	
10. Perdas (ganhos) atuariais	-		266.757		(24.083.180)		(50.806.429)	
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		821.365		1.016.847		1.568.370	
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-		-		-		-	
13. Efeito compartilhamento de riscos	157.234		(246.672)		15.248.418		48.574.143	
14. Custo total reconhecido em ORA	(7.483.147)		(7.640.381)		(8.481.831)		(663.916)	
(*) Ganho / perda atuarial sobre os ativos	-		-		-		-	

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção			
	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20	31 dez 19
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(4.559.738)	(3.933.635)	(4.488.727)	(7.138.369)
2. Valor justo dos ativos do plano	4.559.738	3.933.635	4.488.727	7.138.369
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(77.152.993)	(77.100.858)	(75.554.551)	(94.982.997)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
<b>6. (Passivo) / Ativo líquido inicial</b>	<b>(77.152.993)</b>	<b>(77.100.858)</b>	<b>(75.554.551)</b>	<b>(94.982.997)</b>
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	39.899.332	40.122.212	39.568.951	48.145.693
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.130.301	8.894.874	8.770.853	9.491.150
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	18.679.517	18.508.108	18.269.638	-
<b>7 (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado</b>	<b>(9.443.843)</b>	<b>(9.575.664)</b>	<b>(8.945.109)</b>	<b>(37.346.154)</b>
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	4.919.299	4.987.964	4.659.507	19.266.880
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
<b>8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido</b>	<b>(72.233.694)</b>	<b>(72.112.894)</b>	<b>(70.895.044)</b>	<b>(75.716.117)</b>
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	39.899.332	40.122.212	39.568.951	-
<b>9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido</b>	<b>(32.334.362)</b>	<b>(31.990.682)</b>	<b>(31.326.093)</b>	<b>(75.716.117)</b>

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção			
	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20	31 dez 19
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	4.987.964	4.659.507	19.266.880	61.643.903
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	4.919.299	4.987.964	4.659.507	19.266.880
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	(68.665)	328.457	(14.607.373)	(42.377.023)
4. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(88.569)	(81.785)	(641.045)	(6.197.120)
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-
<b>6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA</b>	<b>(157.234)</b>	<b>246.672</b>	<b>(15.248.418)</b>	<b>(48.574.143)</b>

(\*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo(passivo) líquido:	Projeção			
	1 out 20 31 dez 20	1 jul 20 30 set 20	1 jan 20 30 jun 20	1 jan 19 31 dez 19
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(72.112.894)	(70.895.044)	(75.716.117)	(71.006.315)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(1.202.666)	(1.249.669)	(2.996.842)	(5.373.718)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	(1.088.122)	23.066.333	49.238.059
4. Contribuições do empregador para o plano	1.239.100	873.269	-	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	(157.234)	246.672	(15.248.418)	(48.574.143)
<b>11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano</b>	<b>(72.233.694)</b>	<b>(72.112.894)</b>	<b>(70.895.044)</b>	<b>(75.716.117)</b>

## 15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	30 set 20			30 jun 20			31 dez 19		
	<b>1. Principais Categorias de Ativos (%)</b>								
1.a Disponível	0,087%			0,05%			0,18%		
<b>1.b Realizável (Prev e Adm)</b>	<b>85,938%</b>			<b>20,00%</b>			<b>15,43%</b>		
Contribuições Contratadas	81,024%			N/D			N/D		
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,914%			N/D			N/D		
1.c Títulos Públicos	0,000%			13,12%			10,47%		
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,000%			0,00%			0,00%		
1.e Ações	4,724%			21,77%			28,96%		
<b>1.f Fundos de Investimentos</b>	<b>0,514%</b>			<b>2,68%</b>			<b>10,77%</b>		
Renda Fixa	0,497%			2,59%			10,70%		
Imobiliário	0,017%			0,08%			0,07%		
1.g Investimentos Imobiliários	8,01%			38,79%			31,33%		
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%			0,00%			0,00%		
1.i Outros - Depósitos Judiciais	0,73%			3,59%			2,87%		
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>			<b>100,00%</b>			<b>100,00%</b>		
<b>2. Principais Categorias de Ativos (montante)</b>									
2.a Disponível	43.063			158.242			658.202		
<b>2.b Realizável (Prev e Adm)</b>	<b>42.555.694</b>			<b>59.147.559</b>			<b>57.103.228</b>		
Contribuições Contratadas	40.122.212			N/D			N/D		
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2.433.483			N/D			N/D		
2.c Títulos Públicos	-			38.803.782			38.747.719		
2.d Créditos Privados e Depósitos	-			-			-		
2.e Ações	2.339.284			64.356.552			107.203.487		

<b>2.f Fundos de Investimentos</b>	<b>254.537</b>	<b>7.910.903</b>	<b>39.860.032</b>
Renda Fixa	246.286	7.671.575	39.618.331
Imobiliário	8.251	239.328	241.701
<b>2.g Investimentos Imobiliários</b>	<b>3.965.395</b>	<b>114.692.720</b>	<b>115.981.731</b>
<b>2.h Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>172</b>
<b>2.i Outros - Depósitos Judiciários</b>	<b>361.192</b>	<b>10.617.107</b>	<b>10.627.017</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>49.519.165</b>	<b>295.686.865</b>	<b>370.181.588</b>
(+) Ajuste Valor de Mercado	(93.217)	1.509.091	-
(-) Contribuições Contratadas	(40.122.211)	(10.088.464)	(8.827.617)
(-) Contribuições em atraso	(304.383)	-	-
(-) Uso Próprio	(191.541)	(5.597.500)	(5.654.444)
(-) Exigível Operacional	(907.560)	(35.579.198)	(18.651.876)
(-) Exigível Contingencial	(297.647)	(15.858.797)	(15.679.908)
(-) Fundo Previdencial	(1.992.514)	(40.248.349)	(40.347.927)
(-) Fundo de Investimento	-	-	(6.797.777)
(-) Fundo administrativo	(1.676.456)	(55.442.212)	(69.663.610)
<b>Valor Justo dos Ativos (*)</b>	<b>3.933.635</b>	<b>134.381.436</b>	<b>204.558.429</b>
Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	N/A	3,514%	3,490%
<b>Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa no rateio inicial</b>	<b>N/A</b>	<b>4.722.172</b>	<b>7.138.369</b>
Rentabilidade referente ao período projetado	N/A	14,832	-
Saldo Previdencial referente ao período projetado	N/A	(248,277)	-
<b>Valor Justo dos Ativos final</b>	<b>3.933.635</b>	<b>4.488.727</b>	<b>7.138.369</b>

### 15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

<b>F. Premissas adotadas (final do ano)</b>	<b>30 set 20</b>	<b>30 jun 20</b>	<b>31 dez 19</b>					
1. Taxa de desconto (nominal)	7,459%	7,384%	6,853%					
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,459%	7,384%	6,853%					
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%					
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%	0,00%					
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A					
<b>G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano</b>	<b>30 set 20</b>	<b>30 jun 20</b>	<b>31 dez 19</b>					
1. Data efetiva	31 ago 19	31 ago 19	31 ago 19					
2. Participantes ativos (passivo principal)	85	85	85					
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	242	242					
3.a. Aposentados	153	153	153					
3.b. Pensionistas	89	89	89					
4. Número total de participantes	327	327	327					
<b>H. Período de amortização</b>	<b>30 set 20</b>	<b>30 jun 20</b>	<b>31 dez 19</b>					
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00	1,00					
2. Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,35	10,58	10,58					
<b>J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):</b>	<b>30 set 20</b>	<b>30 jun 20</b>	<b>31 dez 19</b>					
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D					
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)					
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter					
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss					
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus					
<b>K. Projeção do fluxo de caixa</b>	<b>Projeção</b>							
	<b>1 out 20</b>	<b>31 dez 20</b>	<b>1 jul 20</b>	<b>30 set 20</b>	<b>1 jan 20</b>	<b>30 jun 20</b>	<b>1 jan 19</b>	<b>31 dez 19</b>
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)		1.123.793		1.123.793		2.319.618		4.984.356
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade		133.637		132.493		-		-
3. Contribuições esperadas dos participantes		206.986		205.214		410.017		913.968
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias		227.460		227.460		69.990		-
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)		162.990		161.584		-		-
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF		942.473		579.182		-		-

Legenda: N/A - Não Aplicável  
 N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 jul 20_30 set 20		1 jan 20_30 jun 20	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	45.832.398	34.210.880	57.570.964	44.550.402
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(14.258)	-	444.940	-
3. Custo dos juros	823.581	606.254	1.940.094	1.459.669
4. Contribuições de participantes do plano	205.214	-	410.017	-
5. Benefícios pagos	-	(1.123.793)	-	(2.319.618)
6. (Ganho) / perda atuarial	303.812	(37.055)	(14.533.617)	(9.549.563)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	(313.388)	(183.997)	(2.888.659)	(1.694.410)
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	617.200	146.942	57.309	305.199
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	(11.702.267)	(8.160.352)
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	227.460	-	69.990
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	47.150.747	33.883.746	45.832.398	34.210.880

## 16. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de setembro de 2020 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
<b>Total</b>	<b>432.843</b>	<b>181.197.364.435</b>

## 17. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	30/09/2020	31/12/2019
Porto de Natal e Areia Branca	67.332	59.809
Porto de Maceió	190.554	186.389
<b>Total</b>	<b>257.886</b>	<b>246.199</b>

## 18. Prejuízos acumulados

### a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, como se tratam de erros não materiais, as informações comparativas do período anterior não foram reapresentadas.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -76 mil (ativo) e R\$ 47 mil (passivo), totalizando R\$ -29 mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	149	225	-76
Passivo	108	61	47
<b>Saldo de Ajustes</b>	<b>256</b>	<b>285</b>	<b>-29</b>

### b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 20.821 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de R\$ 16.044 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado **Consolidado** no período de R\$ 36.865 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva, déficit atuarial e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 30 de setembro 2020 de R\$ 5.216 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 5.142 mil para o Porto de Maceió (prejuízo), conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Resultado líquido	(20.821)	(35.649)	(16.044)	(43.153)	(36.865)	(78.802)
<b>Ajustes ao resultado líquido</b>						
Depreciação	10.746	10.500	2.411	3.413	13.157	13.913
Impairment	0	0	0	0	0	0
Variação monetária passiva	3.301	5.094	5.256	30.516	8.557	35.611
Provisões	38	17.201	1.492	(1.959)	1.530	15.242
Déficit Atuarial	1.520	0	1.743	0	3.263	0
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>(5.216)</b>	<b>(2.854)</b>	<b>(5.142)</b>	<b>(11.183)</b>	<b>(10.358)</b>	<b>(14.037)</b>

## 19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 7.640 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

## 20. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita bruta dos serviços prestados</b>				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	7.665	8.720	11.867	12.637
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	2.799	2.556	3.196	3.162
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	14.894	17.040	21.120	22.202
Serviços de Armazenagem	764	245	1.566	254
Serviços de Movimentação de Cargas	3.198	3.645	3.198	3.645
Atividade de Apoio ao Navio	1.927	2.082	1.927	2.082
Serviços Diversos	0	0	189	237
<b>Total da Receita bruta</b>	<b>31.247</b>	<b>34.289</b>	<b>43.063</b>	<b>44.220</b>
(-) Impostos sobre serviços prestados	(4.475)	(4.886)	(6.160)	(6.312)
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>26.772</b>	<b>29.403</b>	<b>36.903</b>	<b>37.907</b>

A redução de 12% na receita com utilização da infraestrutura de Acesso Aquaviário da controladora, foi decorrente do decréscimo na movimentação portuária da ATESAB, no tocante a tonelage movimentada, sendo 199 mil em 2019 e 138 mil em 2020, tendo sido atracado 6 navios em 2019 e 4 navios em 2020, no trimestre.

Da mesma forma, redução de 13% na receita com utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem, ocorreu pela diminuição na tonelage movimentada no Terminal Salineiro de Areia Branca, conforme justificado no item acima.

Na controlada, o incremento de 8.557% na receita com Serviços de Armazenagem, deve ao armazenamento de sal importado pela BRASKEN.

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita bruta dos serviços prestados</b>				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.038	2.336	2.740	3.294
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	753	767	856	1.009
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	4.042	4.608	5.112	5.837
Serviços de Armazenagem	277	44	818	44
Serviços de Movimentação de Cargas	886	990	886	990
Atividade de Apoio ao Navio	652	562	652	562
Serviços Diversos	0	0	67	76
<b>Total da Receita bruta</b>	<b>8.648</b>	<b>9.308</b>	<b>11.130</b>	<b>11.812</b>
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.254)	(1.326)	(1.610)	(1.675)
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>7.394</b>	<b>7.982</b>	<b>9.520</b>	<b>10.137</b>

## 21. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(12.696)	(13.536)	(18.856)	(20.993)
Material de Operação	(2.767)	(2.576)	(2.867)	(2.753)
Material de Manutenção	(1)	(1)	(39)	(15)
Serviços de Manutenção e Reparos	(149)	(162)	(675)	(715)
Serviços Prestados por Terceiros	(5.095)	(3.919)	(8.392)	(7.255)
Encargos Operacionais Diversos	(18)	(44)	(18)	(44)
Depreciação Direta	(10.705)	(10.426)	(13.102)	(13.834)
<b>Total</b>	<b>(31.431)</b>	<b>(30.663)</b>	<b>(43.949)</b>	<b>(45.609)</b>

Na controladora os serviços de terceiros apresentaram variação crescente, decorrente do aumento nos custos com mão de obra transporte marítimo e aluguel de equipamentos.

Na controlada a redução de 17% em Pessoal e Encargos, deve-se a diminuição de pessoal, por falecimento de empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(4.063)	(4.502)	(6.066)	(6.759)
Material de Operação	(781)	(1.013)	(789)	(1.077)
Material de Manutenção	(1)	(0)	(24)	(5)
Serviços de Manutenção e Reparos	(55)	(37)	(228)	(211)
Serviços Prestados por Terceiros	(1.607)	(915)	(2.484)	(2.002)
Encargos Operacionais Diversos	(18)	(22)	(18)	(22)
Depreciação Direta	(3.581)	(3.240)	(4.173)	(4.337)
<b>Total</b>	<b>(10.105)</b>	<b>(9.730)</b>	<b>(13.782)</b>	<b>(14.413)</b>

## 22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(13.709)	(11.349)	(21.669)	(17.308)
Material	(292)	(560)	(475)	(756)
Serviços de Terceiros	(2.543)	(2.543)	(6.715)	(6.735)
Outros Encargos	(30)	(35)	(75)	(62)
Depreciação/Amortização	(42)	(74)	(55)	(79)
Outras despesas administrativas	(118)	(148)	(336)	(526)
<b>Total</b>	<b>(16.733)</b>	<b>(14.709)</b>	<b>(29.325)</b>	<b>(25.466)</b>

O aumento das despesas com pessoal e encargos na controladora, justifica-se pela despesa, referente benefício pós emprego - PORTUS, no valor de R\$ 823.133, em setembro/2020.

Com relação à redução de 48% na despesa com Materiais da controladora, decorre da reclassificação do custo com combustível, lançado indevidamente no em grupo de despesas.

A majoração de 34% em Pessoal e Encargos da controlada, deve-se principalmente, a nova contribuição do TCF - despesa atuarial do PORTUS.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(4.223)	(3.932)	(6.324)	(6.229)
Material	(96)	(75)	(144)	(117)
Serviços de Terceiros	(765)	(1.015)	(1.723)	(2.530)
Outros Encargos	(10)	(4)	(27)	(6)
Depreciação	(11)	(25)	(16)	(26)
Outras despesas administrativas	(65)	(11)	(90)	(22)
<b>Total</b>	<b>(5.170)</b>	<b>(5.063)</b>	<b>(8.324)</b>	<b>(8.930)</b>

### 23. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(32)	(287)	(32)	(287)
<b>Saldo líquido de provisões constituídas</b>	<b>(32)</b>	<b>(287)</b>	<b>(32)</b>	<b>(287)</b>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	0	(129)	0	(129)
<b>Saldo líquido de provisões constituídas</b>	<b>0</b>	<b>(129)</b>	<b>0</b>	<b>(129)</b>

### 24. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	(22)	(17.140)	(1.600)	(17.219)
Reversão de provisões	16	226	101	2.264
<b>Saldo líquido de provisões constituídas</b>	<b>(6)</b>	<b>(16.914)</b>	<b>(1.499)</b>	<b>(14.955)</b>

As provisões para contingências registraram decréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	(22)	(22)	(708)	(25)
Reversão de provisões	4	226	59	1.479
<b>Saldo líquido de provisões constituídas</b>	<b>(18)</b>	<b>204</b>	<b>(649)</b>	<b>1.453</b>

## 25. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Alugueis Porto	455	343	6.638	5.843
(-) Deduções da receita	(42)	(31)	(614)	(544)
<b>Total receitas patrimoniais líquidas</b>	<b>413</b>	<b>311</b>	<b>6.024</b>	<b>5.299</b>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Alugueis Porto	204	173	2.209	2.050
(-) Deduções da receita	(19)	(16)	(204)	(184)
<b>Total receitas patrimoniais líquidas</b>	<b>185</b>	<b>158</b>	<b>2.005</b>	<b>1.866</b>

## 26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

## 27. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	1.940	1.204	2.000	1.466
Despesas Financeiras	(5.300)	(7.722)	(10.774)	(40.896)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(3.360)</b>	<b>(6.518)</b>	<b>(8.774)</b>	<b>(39.430)</b>

O saldo das despesas financeiras da controlada (Porto de Maceió) apresentou variação decrescente significativa, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização ocorrida em jul/19.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	492	378	549	395
Despesas Financeiras	(1.954)	(1.998)	(3.509)	(6.488)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(1.461)</b>	<b>(1.620)</b>	<b>(2.960)</b>	<b>(6.094)</b>

## 28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

### 28.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

### 28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No 3º trimestre de 2020, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 18.398 mil (R\$ 25.123 em 2019), que representa 69% do total faturado (60,8% em 2019) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

### 28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No 3º trimestre de 2020, os valores pagos totalizam R\$ 20 mil (R\$ 24 mil em 2019).

## 29. Eventos Subsequentes

### 29.1 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

A CODERN desenvolve atividades portuárias, em grande parte operacional, para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro como social em consequência do COVID-19. O mercado se retraiu durante a Pandemia, gerando um aumento considerável no afretamento dos navios, desta forma, as programações feitas, baseadas nas indicações das Salinas, não foram cumpridas, fazendo com que nossa produção caísse de um patamar de cerca de 200.000 ton/mês para 130.0000 ton/mês.

Associada a esta situação, soma-se a redução de portuários para manter as operações do GERTAB/TERSAB, que embora com menos 40%, vem mantendo suas atividades sem restrição.

Acredita-se que neste último trimestre tenhamos uma recuperação, porém ainda incerto.

Quanto aos efeitos econômicos/financeiros, para a GERTAB o impacto é de ter menos recursos para manter a manutenção/operação do TERSAB, vindo a comprometer suas atividades.

Ressalta-se ainda o impacto na movimentação portuária do Porto de Natal, onde registrou-se redução significativa das embarcações programadas no período, observando-se variação decrescente de 23 embarcações/navios, em comparação ao mesmo período de 2019. Com a emissão da MP 945, Portaria 45 do MINFRA, estabeleceu regras de isolamento social para empregados com mais de 60, bem como os diagnosticados com imunodeficiências, ocasionando o afastamento de 14 empregados, sem prejuízo da remuneração mensal/férias.

Ainda se verifica como impacto da pandemia, a diminuição da Receita Operacional, afetada por desconto concedido ao Operador Portuário, a título de indenização compensatória em benefício do trabalhador portuário no percentual de 50% sobre a média mensal recebida pelo mesmo, conforme artigo 3º, da MP 945.

A Covid-19 também gerou custos significativos para a Companhia, pela aquisição de produtos/serviços/equipamentos de proteção, aplicados no âmbito da SEDE/PORNAT/ATESAB, no total de R\$ 262.542 mil.

ELIS TREIDLER ÖBERG  
Diretor Presidente  
CPF Nº 310.558.777-20

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 843.994.147-15

FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES  
Diretor Técnico Comercial  
CPF Nº 434.227.137-00

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR  
Gerente de Recursos Financeiros  
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA  
Contadora - CRC 3815/RN  
CPF Nº 201.065.804-34



# AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

[www.audimec.com.br](http://www.audimec.com.br)